

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

Do velho Exército Profissional ao Cidadão Soldado

HUMBERTO PEREGRINO

(Diretor da Biblioteca do Exército)

ENQUANTO predominou, sólida e suficiente, a burguesia rural, o Exército permaneceu em posição secundária, como organização militar. É verdade que “a formação brasileira foi tão complexa, em seu processo, que admitiu — conforme aguda observação de Nelson Werneck Sodré — a discordância, em verdade berrante, da elaboração, dentro de um estado em que dominava uma classe, de uma força militar que não era, de forma absoluta, representação fiel dessa classe”; muito ao contrário, nas fileiras, na sua intimidade orgânica, ocorrera “a infiltração e até a dominação, de elementos que eram, pela ordem natural das coisas, adversos à burguesia rural.”

Mas quando termina a guerra do Paraguai, “tendo durado mais do que fôra previsto, e tendo exigido, também, maiores sacrifícios e contribuição humana do que se esperava” — é ainda Nelson Werneck Sodré quem o assinala — “o Exército surge como uma obra acabada, de que não era mais possível prescindir, a que se tinha de conferir um lugar.”

Paradoxalmente, o período que se seguiu à campanha do Paraguai, entrando pela República a dentro, por duas décadas, seria um período de crise, embora crise menos aguda do que profunda.

Com efeito, o completo desprezo da experiência da guerra se traduziu, entre outros efeitos, na coexistência de duas mentalidades no seio da oficialidade: de um lado havia os oficiais feitos nos campos de batalha, oficiais de tropa, e de outro lado os oficiais bacharéis, de formação puramente acadêmica, preparados pela Escola da Praia Vermelha, além do mais sob o influxo da filosofia positivista, de sentido pacifista, entorpecedor do espírito militar.

Para ilustrar êsse fenômeno bastará recordar que Benjamin Constant, o remarcado mestre da Escola Militar, tendo-se recolhido do Paraguai, por motivo de doença, 4 meses depois apresentava ao Instituto Politécnico u'a memória sobre “Quantidades Negativas”. Sumira bem depressa o soldado, positivamente “esmagado pelo Professor”, como acentuou LICÍNIO CARDOSO.

O Imperador desestimava o Exército, a que chamava “tropa”, ou não lhe apreendia o valor social e político. Daí, no dizer do Gen. Inácio José Veríssimo, ser êle mal pago, mal recrutado, mal constituído. E após a luta, prolongada, áspera, gloriosa, rica de ensinamentos, voltaram os oficiais aos mesmos quartéis, ao mesmo ambiente, à mesma rotina medíocre dos velhos tempos. Não foram codificadas as observações de campanha, não se cogitou

de dar nova estrutura à organização militar. Todo o cabedal de uma preciosa experiência de cinco anos ficou soterrado no esquecimento, na inutilidade. E é por isso que oficiais derivam para o campo político, onde encontrariam oportunidades mais brilhantes para as suas aptidões sufocadas.

Mas êsse Exército que, voltando vitorioso de uma guerra de cinco anos, e se sente abandonado, isola-se, e nesse isolamento se aguça e exacerba o espírito de classe. E é assim que adquire homogeneidade, que se funde num todo sólido, indeformável. Os chefes maiores não são fruto de circunstâncias ou de favoritismo oficial, pois que haviam emergido da luta, selecionados no campo de batalha. Infundem assim confiança e respeito, são chefes incontrastáveis, indiscutíveis. Nada mais natural do que a solidariedade maciça, em tôrno dêles, da corporação ressentida, abandonada, maltratada.

O lance histórico da Revolução Republicana não alteraria substancialmente a situação de divórcio de mentalidade dos dois grupos de oficiais — os novos, republicanos, usinados na oficina acadêmica da Praia Vermelha, e os velhos, pejados de condecorações e de cicatrizes de campanha.

Singularmente, porém, é do seio dos próprios oficiais da formação acadêmica que surge a reação renovadora, aquela que abriria caminho à preparação militar moderna, que compreende o adestramento dos executantes (tropa), em bases essencialmente técnicas e práticas, e o dos dirigentes (Estado Maior) que, a par dos altos estudos militares, devem forrar-se com sólida cultura geral. É uma prodigiosa transformação, a mais ampla, a mais fecunda e a mais traumatizante também, de quantas se operaram na nossa organização militar.

FISIONOMIA DO EXÉRCITO QUE SOFRE A GRANDE TRANSFORMAÇÃO

Para que seguramente se possam aferir as dimensões dessa transformação e compreender-lhe a importância, torna-se mister reconstituir, embora grosseiramente, a fisionomia do Exército que a antecedeu, maciçamente, entranhadamente, o velho exército profissional, herdado do Império, e cujas fileiras se povoavam com elementos de duas origens: voluntariado e recrutamento forçado.

Os voluntários eram, em geral, desocupados, quando não pessoas fugidas à ação policial ou à perseguição de alguma autoridade atrabiliária; somente uns poucos seriam filhos de militares, que por vocação adotavam a carreira paterna, ou rapazes pobres que buscavam o Exército como meio de poderem estudar e elevar-se socialmente; havia ainda os “filhos-família” mal procedidos, que os pais alistavam no Exército, seguindo a tradição portuguesa, como recurso para corrigi-los.

O recrutamento forçado, a que se recorria para cobrir a insuficiência do voluntariado, colhia para os quartéis, muitas vezes, elementos protegidos de pessoas influentes, o que levantava clamores de repercussão até no Parlamento. E então os Gabinetes, atendendo a êsses interesses que lhes afetavam a sorte eleitoral, agiam reduzindo ao mínimo os efetivos militares.

Resultava daí que as fileiras do Exército constituíam-se, na grande parte, com homens de condição humilde, que nelas se abrigavam da miséria, em

geral gente de côr, como decorrência da posição que lhe tocava na estrutura econômico-social brasileira, naquelas alturas ainda soberanamente fundada na economia escravocrata e latifundiária.

Fazia-se sentir também a presença de elementos perturbadores, até perigosos, o que até certo ponto explica tenha perdurado ainda pela República em fora a prática do castigo corporal, que, não obstante, havia sido abolido, oficialmente, em 1874.

Dos elementos comuns, chegados aos quartéis, os melhores eram retidos pelo engajamento, renovado sucessivamente até a conta de 20 anos de serviço, quando a reforma estava assegurada.

Convém acentuar que êsse sistema de recrutamento, conquanto portador de graves inconvenientes na ordem militar, pois importava em ter sempre os efetivos sobrecarregados de soldados idosos, profissionalizados numa rotina estéril e que, principalmente, não possibilitava a formação de reservas, oferecia algumas características de intenso sabor humano.

De fato, êsses velhos soldados profissionais afeiçoavam-se aos chefes e a êles se dedicavam até ao sacrifício; viviam em círculo fechado, impenetrável às influências da sociedade civil, o que se compreende sem dificuldade quando se sabe que os soldados se instalavam com suas famílias nos arredores do quartel, erguendo êles próprios as suas casas em terrenos cedidos pelo comandante. Por vêzes alguns conseguiam instalar-se em dependências dos próprios quartéis.

As mulheres lavavam roupas de oficiais e sargentos; mais um elo, como se percebe, nesse sistema de sabor patriarcal. E os conflitos domésticos, assíduos e violentos, sobretudo em dia de sôlido, quando os pifões faziam estragos, transbordavam dos casebres à ilharga do quartel, para o recinto dêste, onde iam ter as mulheres em busca de proteção do Oficial de Dia.

O xadrez era, destarte, remédio de indispensável aplicação para aplacar desinteligências domésticas... E era comum que, no dia seguinte, a reconciliação se fizesse através das grades do xadrez, levando a espôsa novamente à presença do Oficial de Dia, mas desta vez para pedir a libertação do marido.

É oportuno lembrar que, em campanha, também as famílias acompanhavam os soldados, a quem ajudavam, durante as marchas, no transporte das suas cargas, e, muitas vêzes, a criancinha envolta numa manta reiuna havia nascido no último acampamento.

De quanto era arraigado e poderoso êsse costume é expressivo índice o episódio de 1864, passado com o pequeno exército que, sob as ordens do Mal. João Propício Mena Barreto, devia atacar Aguirre. O exército estacionou nas imediações de Bagé e com êle as famílias de soldados, que ali ergueram verdadeiras aldeias, onde passaram a viver. Ao reiniciar-se a marcha o Marechal proibiu que as famílias acompanhassem a coluna, causando enorme desgosto, inclusive entre os oficiais, de tal maneira que Osório, um dos mais contrariados com a providência, revogou-a assim que assumiu o comando, pouco depois, em substituição a João Propício.

Foi assim que as mulheres de nossos soldados foram ter aos pantanais do Paraguai, onde as viu o General Dionísio Cerqueira, consoante registro

que constitui alguns dos mais comovidos e sugestivos quadros das suas famosas "Reminiscências". E, ainda bem perto de nós, êsse costume sobrevivia. Em Canudos e durante a questão acreana tropas se deslocaram com o apêndice de numerosas famílias de soldados.

A vida do quartel pautava-se pela rotina do serviço e da faxina. Varrer, lavar, acompanhar presos às faxinas, dar guarda e patrulhar, limpar os dou-rados, passar alvaiade nos correames brancos, lustrar as cartucheiras e a patrona, mediante receitas especiais, era tudo o que se fazia.

A instrução ocupava muito pouco das horas nos quartéis e assim mesmo consistia apenas na *ordem unida*, que predominava, no aprendizado de algumas regras de combate individual da época, na prática de carregar e travar. O treinamento de tiro não existia, nem seria possível realizá-lo, pois que as unidades não dispunham de instalações para isso, consideradas, então, aparelhagem de luxo. Nessas condições, acontecia que homens servissem mais de 10 anos sem ter oportunidade de dar um tiro.

No depoimento do Gen. KLINGER, oferecido naquelas preciosas "Narrativas Autobiográficas", a instrução constituía "acontecimento esporádico" e "era ministrada por atacado, em massa". Não havia incorporação regular anual, era o regime do *portão aberto*. "Não se imaginava — continua depondo o memorialista — que pudesse haver *ano letivo*, com matrículas em época certa." Um cabo, especialmente designado, encarregar-se-ia dos recrutas, e uns seis meses decorridos, nunca antes, procedia-se a um exame que se referia, naturalmente, apenas à *ordem unida*. E também podia ser que não houvesse sequer êsse exame... Mas o certo é que ao fim de seis meses os recrutas passavam a *prontos* na instrução, o que, praticamente, significava um diploma para concorrerem a todos os serviços.

A tropa ociosa — são também expressões do autorizado testemunho do Gen. Klinger — "era menoscabada pelos oficiais habilitados, de modo que os jovens cheios de sabença, egressos da escola, procuravam comissões de engenharia, o magistério militar, a burocracia reiuna ou lugar junto a algum alto comando", de sorte que só mesmo "os *malucos* ou os de todo *pagãos*" iam dar nalgum batalhão ou regimento "para se entenderem, jogar damas ou gamão, tomar café e palestrar, vencer antiguidade como meios canhões nos parques", enquanto irreverentes e descuidadas andorinhas "faziam ninho nas almas dos canhões", ao que informava ainda o mesmo Gen. KLINGER.

Mas, a melhor, a definitiva síntese dessa época está contida neste conceito famoso, formulado um dia, em momento de inspiração, por um oficial de cavalaria:

— "A Artilharia é ciência, a Cavalaria arte e a Infantaria... meio de vida."

O DESEMBOCAR DA GRANDE TRANSFORMAÇÃO

As manobras de 1905, promovidas pelo Gen. Hermes da Fonseca, que no ano anterior fôra investido das funções de Comandante do 4º Distrito Militar (comando correspondente ao da atual 1ª Região Militar) marcam o desembocar da grande transformação, da nossa estrutura militar. As derradeiras manobras eram do tempo do Império e remontavam a 20 anos. Vem

o Comandante do 4º Distrito Militar e concentra, no Campo dos Cajueiros, no Curato de Sta. Cruz, uma Divisão de Manobras, que, durante 18 dias executa os exercícios planejados. Pode-se avaliar o que isso representou para a oficialidade que saía de enferrujado marasmo profissional para aquela ebulição dos volumosos deslocamentos de tropa, dos acampamentos, de uso de novos equipamentos, das discussões táticas, do comando prático, palpável, efetivo.

O jornalista Jarbas de Carvalho, que, juntamente com outros profissionais da imprensa, acompanhou as manobras de 1905, transmitiu delas impressões que retratam o ambiente em que se realizaram. Conta êle que durante a marcha para Sta. Cruz os soldados cantavam e, “à margem das estradas, as famílias vinham às porteiras oferecer água, refrescos ou gulodices.” Em Santíssimo, onde se servira uma refeição, durante um *grande alto*, “a população afluía para saudar a tropa.”

E aos domingos, enquanto duraram as Manobras, os trens da Central corriam superlotados de famílias que iam visitar o acampamento dos Cajueiros. Era o povo que, apreendendo o sentido patriótico do acontecimento militar, espontâneamente interessava-se por êle e prestigiava-o. Iniciava-se assim o desbravamento psicológico indispensável à implantação do Serviço Militar Obrigatório, centro de gravidade da Reforma que seria empreendida pelo Marechal Hermes da Fonseca.

CRIAÇÃO DE EXÉRCITO MODERNO

Tôda a ação reformadora do Mal. Hermes, no Ministério da Guerra, teve como base a instituição do Serviço Militar Obrigatório.

Na Introdução do Relatório que apresenta, já em maio de 1907, tendo assumido a direção da Pasta em 15 de novembro de 1906, é o primeiro problema que ataca. E vai logo assinalando, duramente, que a Lei de 1874, sôbre recrutamento, ainda não fôra cumprida, mas não valeria a pena revigorá-la removendo “algumas de suas incompatibilidades com o regime republicano e com o princípio básico da constituição dos exércitos modernos”, porque emendá-la convenientemente “equivalaria a fazer outra inteiramente nova”. Verdadeiramente estávamos, em matéria de serviço militar, sob o mesmo remoto sistema português de voluntariado e do recrutamento compulsório, ainda sem a mínima oportunidade de preparar reservas.

Aliás, é fácil compreender a prolongada sobrevivência do sistema de recrutamento herdado da organização militar lusitana, quando se perquirem as suas origens nas próprias origens da nacionalidade portuguesa, do mesmo passo que se examinam as condições em que se desolveu o processo da colonização brasileira.

Com efeito, nas raízes da nação portuguesa a guerra é de caráter medieval, de modo que as instituições militares se configuram ao sabor das exigências peculiares àquela idade histórica. Basta recordar que foram parte preponderante delas, inicialmente, as ordens militares religiosas, introduzidas por D. Teresa, em 1128, as quais formaram a excelente Cavalaria, que montava guarda à fronteira contra a ameaça dos mouros. A ação militar, nessa fase, tinha “caráter de excursão”, como acentua CRISTOVAM AIRES (História do

Exército Português), e “todos os homens válidos tomam parte da expedição”, depois, “regressados que sejam às terras, e repartidos os espólios de guerra, voltam aos seus trabalhos rurais, aos labores da indústria e do comércio”.

Com efeito, o sistema militar português, como, de resto, o de todos os demais povos europeus, liga-se, por tradição, às instituições romanas, sofre decisiva influência dos godos e dos árabes, mas se adapta, naturalmente, ao clima político-social que se desenhava na Ibéria. Ora, aí as instituições medievais assumiam aspectos particulares. Consagrara-se, por exemplo, sob a influência dos godos e dos árabes, a existência de um poder central, decisivamente preponderante, representado pelo Monarca. Cabiam-lhe todos os poderes — de guerra, de justiça, de administração — e a êle ficavam subordinados os nobres. Sob essa organização, e abandonada a tradição militar romana, a guerra constituía encargo dos homens livres e dos nobres, ou seja, dos homens ricos, que tinham patrimônio pessoal a defender. Em consequência, serviam gratuitamente, e mais do que isso, armavam-se e mantinham-se, em campanha, por conta própria. Somente ao manifestar-se, na arte militar, como resultante do progresso do armamento, a tendência para a intervenção de maiores efetivos, foi que se tornou necessário recorrer ao recrutamento de outras classes. Perdurava, em todo caso, para os nobres, mais do que para quaisquer outros, o dever militar.

Pois bem, a essa tradição que nos foi transmitida, juntaram-se particulares fatores de dificuldade do recrutamento popular no Brasil, a saber:

I — Tempo de serviço demasiado longo, pois se contava por 16 anos, para os recrutados compulsoriamente;

II — Vida fácil e lucrativa para os elementos que possuíssem habilidades úteis aos misteres da Colônia;

III — Baixo sôldo pago à tropa, com a agravante de estar sujeito a constantes atrasos, por vêzes dilatados de meses e anos;

IV — Rigor do sistema disciplinar que incluía bárbaros castigos corporais, entre os quais até a mutilação.

Em 1856, Caxias apontava como casusas da insuficiência de recrutamento, as seguintes:

Temor do serviço militar pelas classes inferiores da sociedade;

Exiguidade do sôldo, equivalente, na sua observação, a menos de um décimo do que ganha um simples servente de obras.

E reclamava a adoção de uma Lei que obrigasse todos os cidadãos aptos ao serviço militar, embora simultâneamente estimulando o voluntariado e os engajamentos.

Logo seis anos adiante, o mesmo Caxias reconhecia a dificuldade de se fazer uma Lei do Serviço Militar satisfatória, em razão “dos costumes sociais e da falta de estatísticas e censo da população”.

Não é de admirar, portanto, que ao tempo em que o Mal. Hermes lançava os fundamentos da moderna estrutura militar brasileira, estivéssemos ainda, consoante êle próprio o indicava, “em condições inferiores àquela em

que nos achávamos em 1864” Não é de admirar, também, que tenha sido tão obstinada a resistência à Lei do Serviço Militar, de 4 de janeiro de 1908, a ponto de vir a ser executada somente a partir de dezembro de 1916!

Ao Mal. Hermes não faltou, todavia, clarividência na maneira de conduzir o grave problema. Pelo contrário, armou-o, em tôdas as fases, com lúcida propriedade, e colocou-o perante a opinião pública sempre com impecável tato.

Observe-se, por exemplo, com que definitiva segurança ministrava as características do que deveria ser a Lei do Serviço Militar, logo ao reclamá-la, no Relatório Ministerial de 1907:

“Reputo essenciais as seguintes condições a uma lei de conscrição e sorteio: que ela estabeleça o mecanismo regedor da passagem pelas fileiras do Exército, de todos os homens válidos; que reduza o atual tempo de serviço; que limite o Exército permanente aos oficiais e seus auxiliares, acabando com o soldado de profissão; que dote o Exército de uma organização suficientemente elástica para permitir o funcionamento de seus elementos formadores, bem como de seus órgãos mais completos, com o efetivo limitado a uma pequena fração, 1/6 por exemplo, do de guerra; e, finalmente, que estabeleça o serviço militar regional.”

No ano seguinte, quando já dispunha do instrumento legal que instituíra o Serviço Militar obrigatório, as suas preocupações se concentravam na maneira de pô-lo em execução sem criar transtornos nas atividades civis do país, nem traumatismos psicológicos na população. E são essas preocupações que se traduzem na sua declaração formal, contida no Relatório de 1908, de que o Governo não pretende “perturbar os interesses do povo, e sim manter esse grande aparelho de defesa que é o alistamento militar e fazê-lo funcionar permanentemente, não tanto para obter soldados para o serviço ordinário de guarnição, mas para que, no momento preciso, sem entrave nem confusão, se possa chamar às armas a Nação inteira.” Como decorrência dessa concepção, alta e lúcida, anunciava o propósito de recomendar, em instruções especiais, por ocasião do funcionamento das Juntas, “tôda a prudência e moderação na execução da lei, de modo a ir pouco a pouco vencendo as resistências que porventura ainda se encontrem, sem atritos desagradáveis e de conseqüências desastrosas.”

Mas não era somente esclarecida, era também completa, minuciosa a sua concepção do problema do Serviço Militar Obrigatório. Não lhe escapavam os seus desdobramentos nem deixou de providenciar, paralelamente, sobre todos eles, entre os quais avultava a necessidade de quartéis e de campos de instrução. O que se nos afigura, todavia, mais extraordinário são as razões com que estabelece a ligação entre Serviço Militar Obrigatório e a necessidade de novos quartéis. Para o Marechal Hermes, as nossas Unidades, na sua maioria, estavam aquarteladas em casarões que não preenchiam “as exigências de conforto e de sociabilidade indispensáveis à vida dos conscritos”, que seriam brasileiros de tôdas as categorias sociais. Cumprira, pois, é o que se desprende da palavra do Mal. Hermes, que o Exército se pusesse em condições de acolher a todos, elevando uns e sem chocar ou repugnar a outros. Ao mesmo tempo prometia o Ministro a pronta apresentação, acompanhada dos

respectivos orçamentos, dos diversos tipos de quartéis indicados a cada uma das Armas.

Tudo, como se vê, previsto, e tudo colocado em termos tão avançados, que, ainda hoje, sob alguns aspectos, podem servir-nos de inspiração.

Na verdade, uma das coisas que mais impressionam o estudioso da obra reformadora do Mal. Hermes é o adiantamento da sua mentalidade, que se documenta, assim no arejado tratamento dos problemas fundamentais como no lançamento de iniciativas pioneiras. São, por exemplo, do seu período ministerial a introdução da Aeronáutica na organização militar brasileira e o envio da chamada "Missão Indígena", constituída de 20 oficiais que foram mandados estagiar no Exército do Kaizer. Mesmo a idéia de contratar uma Missão Militar estrangeira para instruir o nosso Exército, teve-a o Mal. Hermes, quando visitou a Alemanha em 1910, já eleito Presidente da República. Naquela ocasião, ao que informa o Gen. Klinger, que lá estava entre os nossos estagiários, o Mal. Hermes chegou a tomar o compromisso de trazer para o Brasil u'a Missão Militar Alemã, logo que se empossasse no Govêrno da República. Não o realizou, é verdade, por motivos que não vêm a pêlo, mas o fato não perde o conteúdo substancial, não deixa de servir para indicar a capacidade de sensibilização do Mal. Hermes face às soluções sutis e avançadas.

Com respeito à Aeronáutica, sua conduta foi mais do que compreensiva, antecipadora, foi arrojada, pois que êle próprio gostava de participar dos vôos experimentais daquele tempo. E seria, assim, o primeiro oficial estrangeiro a voar num dirigível militar alemão, quando se alçou sobre Frankfurt, a bordo do "Parcival", por ocasião da sua primeira viagem à Europa, em 1908. Mas, antes disso, ainda no curso do primeiro ano de sua gestão ministerial, já havia remetido à França o Tenente de Cavalaria Juventino da Fonseca, com a missão de instruir-se no manêjo do material aeronáutico então em uso e adquirir um Parque de Aeróstatos, destinado ao Exército. E, de fato, quatro balões foram adquiridos, dos dois tipos adotados pelo Exército francês, e alojados em hangar especialmente construído no Realengo. "À primeira ascensão, efetuada em frente à antiga Escola Militar, no dia 20 de maio de 1908, estava presente o Mal. Hermes, que acompanhou tudo, desde as operações de enchimento. Iria assistir, daí a instantes, ao trágico desastre que faria o primeiro martir da Aviação Militar Brasileira, na pessoa do arrojado cavalariiano Ten. Juventino da Fonseca."

Cuidarão, talvez, os menos avisados que tenha sido puramente inovadora a ação desenvolvida pelo Mal. Hermes à frente dos Negócios da Guerra. Não é tôda a verdade. Sua obra foi essencialmente inovadora, mas, na realidade, abrangeu todos os aspectos da organização do Exército.

Na linha das suas primeiras e mais interessadas preocupações estava o armamento e eis o Exército dotado, por êle, com o fuzil Mauser, modelo 1908, para a Infantaria, e com o Material Krupp, de tiro rápido, para a Artilharia. Enfrenta também, partindo praticamente da estaca zero, o grave problema, ainda e sempre atual, do material de mobilização destinado a atender ao desdobramento das unidades, em caso de guerra.

Mas, a questão do armamento e do material, na sua própria expressão, “prende-se à do desenvolvimento das fábricas de pólvora e cartuchos”. Daí resulta a construção da Fábrica de Pólvora da Estrêla e se adiantam as providências para a instalação daquela que viria a ser a nossa atual fábrica de Piquete, onde se fabrica a pólvora sem fumaça.

No tocante a fábricas e arsenais, o movimento reformador se estendeu até a direção técnica que foi assegurada a êsses estabelecimentos e à formação de artífices para elas, através de depósitos de aprendizes, anexos a cada um, e onde seriam admitidos menores órfãos.

Na parte estrutural a reforma Hermes empreendeu a criação das Grandes Unidades, partindo de que, “não havendo unidades constituídas outras que batalhões e regimentos, o Exército estava efetivamente sem comando, porque nos Distritos, já absorvidos pela administração, faltavam os órgãos essenciais ao exercício daquela função, e, mais ainda, a própria unidade a comandar”. Recorda as passadas improvisações de Grandes Unidades, quando se apresentaram situações de guerra, e observa que as nossas Fôrças, dispersas pela vastidão do território nacional, “sem laços que revelem a mínima preocupação de seu verdadeiro destino mais parecem organizadas para a vida pacífica e indolente das guarnições que para os intensos labôres da campanha”. Daí propõe, desde logo “a criação de Grandes Unidades dotadas de precioso material de guerra”.

Na administração geral do Exército, que era “aparatososa e deficiente”, foram introduzidas remodelações no sentido de reduzir o volume das Diretorias, de modo a submetê-las à Secretaria da Guerra, cujo Diretor-Geral despacharia tudo aquilo que não exigisse o *referendum* do Ministro, deixando-o, destarte, mais aliviado para dedicar-se aos assuntos de maior relevância.

Ainda à Secretaria da Guerra foram transferidos certos encargos burocráticos até então atribuídos ao Estado Maior, com o que se visava a integrá-lo no seu verdadeiro papel. Nada escapou à ação reformadora do Mal. Hermes no Ministério da Guerra, nenhum problema, em qualquer plano da vida do Exército — promoções, rejuvenescimento dos quadros, ensino, remonta, fortificações, colônias militares — ficaria isento do sêlo da sua poderosa ação renovadora. E como foi longe, sem perder vigor nem propriedade, êsse prodigioso impulso! Verifica-se, com efeito, que a ação do Mal. Hermes chegou até os confins desterrados de Tabatinga e do rio Içá, onde plantou casas portáteis, de madeira, encomendadas nos Estados Unidos.

No seio do Exército, como não podia deixar de ser, as reações foram as mais saudáveis e fervorosas. E entre as mais expressivas deve incluir-se o movimento dos chamados “jovens turcos”, de eclosão muito anterior, diga-se de passagem, à ação dos oficiais que estagiaram no Exército alemão. Dêsse movimento nasceu, em 1913 “A Defesa Nacional”, cujas atrevidas manifestações renovadoras ainda esbarrariam em certas resistências e até em represálias disciplinares.

Antes, em 1910, surgira a “Revista dos Militares”, outro produto, conquanto efêmero, daquela ebulição de idéias novas.

Pois bem, foi ainda êsse clima de exaltação patriótica, criado pela obra do Mal. Hermes, que levou Miguel Calmon a congregar brasileiros ilustres,

como Gregório da Fonseca, Olávo Bilac, Pedro Lessa, Coelho Netto, para a fundação da "Liga de Defesa Nacional", e a vestir, êle próprio, o uniforme cáqui de atirador do Tiro 7, submeter-se à instrução militar de soldado, desfilar de fuzil ao ombro nas paradas desta Capital. E, quando assim procedia, Miguel Calmon já havia sido Ministro de Estado duas vêzes!

Em suma, a transformação operada pelo Mal. Hermes consistiu em equacionar o problema da organização militar brasileira com precisão e lucidez, ao considerá-lo nos seus termos essenciais — serviço militar, instrução, quartéis, armamento — e ter sabido, além disso, encontrar hábil fórmula de transição, segundo a qual as reformas se efetuaram com a simpatia e o interêsse da sociedade civil. E foi assim que se realizou a transcendente transmutação do velho Exército Profissional em Nação Armada, com o cidadão soldado dos nossos dias.

SUMMARY

1. *The subordinate status of the Army during the predominance of a rural bourgeoisie in Brazilian society. The "Paraguay War" and the emergence of the Army as an indispensable force, entitled to a place of its own...*

2. *The early Republican days and the crisis in the Army, that had become too academic. Yet the Emperor Pedro II had underestimated the Army, which was poorly paid and organized. The guild spirit of the Army as a reaction against the situation.*

3. *The divorce between the two groups within the Army: the veterans of the Paraguayan campaign and the newly trained, Republican officers. The reform movement led by the latter group.*

4. *The old Army, its main characteristics. The volunteers generally recruited from the lower social classes. The conscripts. The presence of dangerous individuals with bad moral character in the Army. The professional soldiers: their virtues and their attachment to the officers. The advent of a patriarchalistic system in the Army, the soldiers' families also part and parcel of the organization, even joining the fights.*

5. *Life in the military establishments: its routines. Military training: its deficiencies. The new officers more interested in serving in the Engineering Corps or as instructors in the Military Academy rather than in being in contact with ignorant and lazy conscripts.*

6. *The beginnings of the great reform in the Army traced back to 1905. The leadership of Marshall Hermes da Fonseca as Minister of War. The institution of compulsory military service. The old Portuguese system of military service analyzed and contrasted both with the old and the new Brazilian system.*

7. *The reform of Marshall Hermes da Fonseca analyzed in detail. His ideas as regards the Air Force. German influences on the reform. Adoption of German weapons. The creation of weapon factories. The reorganization of military administration.*

8. *Consequences of the reform of Marshall Hermes da Fonseca. The advent of a strong patriotic movement. The creation of the League of National Defense.*